



249

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0257107-1

Agravante: COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

Agravado: Lucineide Alves Fonseca e Outro

Des. Relator: Tenório dos Santos

**EMENTA:** DIREITO CIVIL, DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA COM O INTUITO DE COBRAR DÉBITOS PRETÉRITOS. OCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RESPONSABILIZAÇÃO DO ATUAL CONSUMIDOR POR DÍVIDAS DE USUÁRIO ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Não é lícito que a concessionária de serviços públicos promova a suspensão no fornecimento de seus serviços com o escopo de cobrar débitos pretéritos. 2. O atual usuário dos serviços de energia elétrica não pode ser responsabilizado por débitos realizados pelo usuário anterior. 3. Recurso de Agravo a que se nega provimento por unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação nº 0257107-1, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível deste Tribunal, por unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao respectivo recurso, na conformidade do relatório, do voto, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife. 26/9/13.

Tenório dos Santos

Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

250  
W

4ª Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0257107-1

Agravante: COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

Agravado: Lucineide Alves Fonseca e Outro

Des. Relator: Tenório dos Santos

**RELATÓRIO E VOTO**

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento manejou o presente recurso de agravo, insurgindo-se contra decisão terminativa da lavra desta Relatoria que, com fulcro no *caput* do art. 557 do CPC, negou seguimento ao recurso de apelação nº 0257107-1.

A empresa agravante, em suas razões recursais (fls. 229/240), busca a alteração do *decisum* alegando, inicialmente, a legalidade das cobranças realizadas em desfavor do agravado. Para tanto, destaca a legislação que regulamenta a sua área de atuação.

Do mesmo modo, faz ponderações acerca da força obrigatória dos contratos, bem como que a situação descrita nos autos não ensejou a ocorrência de danos morais indenizáveis.

Por fim, assevera que o *quantum* indenizatório dos danos morais fora fixado em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, importando, dessa forma, em um enriquecimento sem causa em favor do agravado.

É o relatório, no essencial.

Bem a propósito, a decisão agravada tem o seguinte teor:

***“Cuida-se de recurso de apelação interposto em face da sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Petrolina que, nos autos da ação declaratória***



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0257107-1

de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais e obrigação de fazer nº 0006400-41.2010.8.17.1130, julgou parcialmente procedentes os pedidos inaugurais para condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor correspondente a quantia de 10 (dez) salários mínimos. Em suas razões recursais (fls. 165/177) a concessionária apelante requer, em síntese, a reforma da sentença destacando a suposta legalidade da cobrança promovida; a força obrigatória dos negócios jurídicos; a inexistência de danos morais; a ausência dos requisitos necessários a configuração da responsabilidade civil, bem como a necessidade de redução do quantum indenizatório dos danos morais. O recurso foi recebido apenas no efeito devolutivo, conforme se infere do despacho de fls. 196. Os autores ofertaram contrarrazões às fls. 198/207, pugnando pela manutenção integral da sentença hostilizada. Despacho de fls. 208, determinando a remessa dos autos ao Tribunal. É o relatório, no essencial. Preconiza o art. 557 do CPC: "O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com Súmula ou com Jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior". Interpretando-se a norma cogente invocada, conclui-se que o Relator pode negar seguimento ao recurso que se mostrar manifesta e flagrantemente improcedente. In casu, na atual dinâmica forense, que exige uma maior celeridade processual, não vislumbro como retardar a solução definitiva da lide. Cinge-se a controvérsia em se averiguar a suposta ocorrência de danos morais indenizáveis, em virtude do ato promovido pela ré no sentido de interromper o fornecimento de água potável da unidade consumidora dos autores, como forma de compeli-los a adimplir débitos contraídos pelo antigo proprietário do imóvel. Do cotejo dos autos, verifica-se que a concessionária recorrente promoveu a interrupção no fornecimento de seus serviços no imóvel arrematado pelos apelados junto a Caixa Econômica Federal (fls. 31/50), como forma de obrigá-los a adimplir débitos oriundos dos anos de 2004/2009, referentes ao consumo do antigo morador da edificação. Nesse contexto, a ré alega que a mencionada suspensão seria lícita posto que tanto o



259  
a

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0257107-1

proprietário quanto o usuário podem ser responsabilizados por débitos vinculados ao imóvel. Com efeito, de rigor esclarecer que o Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou acerca da matéria em questão tendo, inclusive, firmado a sua jurisprudência no sentido de que "(...) independentemente da natureza da obrigação (se pessoal ou propter rem), não cabe a suspensão do fornecimento de água por se tratar de débito consolidado. Ou seja, o novo proprietário do imóvel está sendo privado do fornecimento em razão de dívida pretérita do antigo morador, hipótese que não encontra albergue na jurisprudência do STJ" (REsp 1066622/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe 17/12/2008). Do mesmo modo, o julgado acima destacado concluiu que "(...) o art. 6º, § 3º, II, da Lei n. 8.987/95 refere-se ao inadimplemento do usuário, ou seja, do efetivo consumidor do serviço. Inviável, portanto, responsabilizar o atual usuário por débito pretérito relativo ao consumo de água do anterior". No mesmo sentido, colaciono os seguintes arestos: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA. DÍVIDA PRETÉRITA. IMPOSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO PESSOAL. PRECEDENTES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR EXORBITANTE. NÃO CONFIGURADO. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o corte de serviços essenciais, tais como água e energia elétrica, pressupõe o inadimplemento de conta regular, sendo inviável, portanto, a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos realizados por usuário anterior. 2. O entendimento firmado neste Superior Tribunal é no sentido de que o débito, tanto de água como de energia elétrica, é de natureza pessoal, não se caracterizando como obrigação de natureza propter rem. 3. No caso em exame, a fixação da verba honorária, em percentual de 10% sobre o valor da causa - que é de R\$ 10.077,69 -, foi arbitrada no mínimo legal, com equidade e em consonância com o disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC, não se afigurando exorbitante. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1258866/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 22/10/2012) (grifei).



953

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0257107-1

ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. DÉBITO DE USUÁRIO ANTERIOR. A obrigação de pagar pelo fornecimento de água é do usuário do serviço, nada importando quem seja o proprietário do imóvel. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos. (EDcl no AgRg no AREsp 203.710/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/05/2013, DJe 24/05/2013) (grifei). ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. OBRIGAÇÃO DO USUÁRIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS. ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. 1. A responsabilidade pela obrigação dos débitos relativos ao consumo de água é do usuário que efetivamente foi beneficiado pela prestação dos serviços e não de quem detém a atual titularidade do imóvel. 2. O aresto recorrido está em sintonia com o posicionamento desta Corte; incide na espécie o óbice da Súmula 83/STJ. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1288078/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 08/02/2013) (grifei). No caso sub examine, é fácil perceber que a interrupção no fornecimento de água na unidade consumidora dos autores foi concretizada como forma de obrigá-los a pagarem dívidas pretéritas contraídas pelo usuário anterior. Ocorre que, como destacado, uma eventual suspensão na oferta do aludido serviço, pressupõe a existência de débito decorrente de fatura regular relativa ao mês de consumo. Dessa forma, vislumbra-se que agiu com acerto o juízo a quo, ao concluir pela ilegalidade da suspensão promovida pela empresa apelante. Com relação à ocorrência de danos de natureza extrapatrimonial, é flagrante que o ato perpetrado pela ré no sentido de interromper o fornecimento de água do imóvel dos autores teve o condão de ocasionar abalos de cunho moral. Ressalte-se, por oportuno, que a mencionada interrupção perdurou pelo absurdo íterim de 26 (vinte e seis) dias. Nesse particular, é inegável que a suspensão indevida perpetrada pela ré trouxe abalos de cunho moral aos autores. Inclusive, esta Corte de Justiça sedimentou o entendimento de que a interrupção no fornecimento de bens essenciais, lastreada em débito antigo, tem o condão de ocasionar danos de caráter extrapatrimonial. Nesse sentido:



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0257107-1

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA. DANOS MORAIS. CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. VALOR INDENIZATÓRIO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE. (...) III-No caso em tela, restou comprovado o nítido comportamento negligente por parte da apelante ao realizar o corte indevido do fornecimento de água em razão de dívida pretérita, bem como em razão de fatura já quitada. IV-O desassossego gerado por tal circunstância, por si só, dispensa a comprovação do abalo moral. Afinal, é de se presumir o constrangimento e os transtornos causados ao consumidor pelo indevido corte de água. V-A indenização por danos morais, fixada pelo juiz a quo em R\$ 4.000,00 deve ser mantida, por ser inclusive inferior aos valores indenizatórios comumente fixados por esta Corte e pelo STJ em casos análogos. VI.De ofício, os juros foram fixados a partir da citação. VI-Apelção não provida por unanimidade. (TJ-PE - APL: 33899120108170810 PE 0003389-91.2010.8.17.0810, Relator: Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto, Data de Julgamento: 10/01/2013, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 11) (grifei e omiti). CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA. DÉBITOS DE CONSUMO PRETÉRITO DO ANTIGO MORADOR. OBRIGAÇÃO PESSOAL. IRRESPONSABILIDADE DO ATUAL PROPRIETÁRIO. DANOS MORAIS. CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO NOVO CAPAZ DE ENSEJAR A REVISÃO DA DECISÃO RECORRIDA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (...) 8. Na espécie, a interrupção do abastecimento de água do imóvel da Agravada em virtude de débito antigo do imóvel junto à COMPESA, de responsabilidade de usuário diverso, teve o condão de romper o equilíbrio psicológico da Recorrida, sendo este motivo suficiente para se reconhecer a existência de dano moral, não podendo equiparar-se a meros dissabores do cotidiano, também comuns nas relações de consumo. 9. Sopesando a situação dos autos, o valor arbitrado pelo Magistrado de origem (equivalente a 5 (cinco) salários mínimos vigentes na data da suspensão do fornecimento de água, com os consectários legais devidos), contempla os



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0257107-1

princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 10. Agravo improvido. 11. Decisão unânime. (TJ-PE - AGR: 2665710 PE 0004169-65.2012.8.17.0000, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, Data de Julgamento: 20/03/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 58) (grifei e omiti). DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. SUSPENSÃO INDEVIDA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA. DESNECESSIDADE DE PROVA DO DANO MORAL. ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS E VIOLAÇÃO DO DEVER PROCESSUAL DE PROCEDER COM LEALDADE E BOA-FÉ. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AGRAVO MANIFESTAMENTE INFUNDADO. MULTA DO ART. 557, § 2º, DO CPC. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE AMBAS AS MULTAS. RECURSO NÃO PROVIDO. 1 - O dano moral, em si mesmo, não é necessário provar, porque tal decorre automaticamente do fato ofensivo - este sim objeto de prova. É dizer, o dano moral, via de regra, é in re ipsa. Assim, o corte indevido do fornecimento de água ocasiona prejuízo extrapatrimonial ao usuário do serviço. 2 - As multas do art. 18 e do art. 557, § 2º, do CPC, são passíveis de cumulação, porque seus suportes fáticos são distintos, não se incorrendo, pois, em bis in idem. (TJ-PE - AGV: 2699483 PE 0014132-97.2012.8.17.0000, Relator: José Fernandes, Data de Julgamento: 15/08/2012, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 153) (grifei). No que concerne a discussão sobre o valor a ser arbitrado a título de danos morais, não há objetivamente um critério para a sua quantificação, o que dá ao magistrado certa liberdade na fixação da indenização. Todavia, essa liberalidade não se confunde com arbitrariedade, devendo o julgador estipular um valor que amenize o sofrimento experimentado pela vítima, porém sem proporciona-lhe um enriquecimento indevido. No contexto dos autos, entendo que a quantia correspondente a 10 (dez) salários mínimos atende à proporcionalidade e à razoabilidade, e cumpre a sua dupla finalidade, isto é, a de punir o ofensor pelo ato ilícito cometido e a de reparar a vítima pelo sofrimento suportado. Desse modo, vislumbra-se que não carece de retoques o decisum guerreado. Face o exposto, com fulcro no caput do artigo 557 do Código de Processo Civil c/c o art. 74 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, NEGO



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0257107-1

**PROVIMENTO ao presente recurso, mantendo integralmente a sentença hostilizada. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem. Recife, 08/08/13 Tenório dos Santos Des. Relator".**

O Art. 557, §1º do CPC preceitua que a parte inconformada com a decisão do relator, pode provocar a análise do colegiado competente para conhecer do recurso mediante a interposição de agravo.

Segundo Marinoni, o recurso de agravo "apenas desobstrui a via normal do recurso originariamente interposto, permitindo o desembargo adequado da irresignação." (MARINONI, 2008, p. 583).

Destarte, conclui-se que a finalidade da aludida espécie recursal é a de permitir a análise, pelo colegiado, do recurso julgado monocraticamente.

In casu, insta destacar que não obstante as alegações sustentadas pela concessionária agravante, verifica-se que o presente recurso não acrescenta fundamentos que tenham o condão de modificar o entendimento explicitado na decisão terminativa proferida por esta Relatoria.

Nesse esteio, cumpre esclarecer que carece de fundamentos a tese repisada pela agravante de que não cometeu ato ilícito apto a ocasionar danos de natureza moral.

Nesse particular, de rigor esclarecer que a concessionária agravante promoveu a suspensão do fornecimento de água da unidade consumidora do autor, como forma de obrigá-lo a adimplir débitos pretéritos que, diga-se de passagem, decorriam do consumo do antigo morador do imóvel.

Conforme destacado na decisão agravada, o Superior Tribunal de Justiça firmou a sua jurisprudência no sentido de que "(...) independentemente da natureza da obrigação (se pessoal ou propter rem), não cabe a suspensão do





STJ

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0257107-1

fornecimento de água por se tratar de débito consolidado. Ou seja, o novo proprietário do imóvel está sendo privado do fornecimento em razão de dívida pretérita do antigo morador, hipótese que não encontra albergue na jurisprudência do STJ" (REsp 1066622/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe 17/12/2008).

Do mesmo modo, o julgado acima destacado concluiu que "(...) o art. 6º, § 3º, II, da Lei n. 8.987/95 refere-se ao inadimplemento do usuário, ou seja, do efetivo consumidor do serviço. Inviável, portanto, responsabilizar o atual usuário por débito pretérito relativo ao consumo de água do anterior".

Dessa forma, vislumbra-se claramente a latente ilicitude da interrupção concretizada pela ré no imóvel do autor, fato que, de per si, enseja a ocorrência de danos extrapatrimoniais indenizáveis.

Inclusive, cumpre mencionar que o quantum indenizatório da aludida verba indenizatória guarda pertinência com as particularidades do caso concreto.

Diante do exposto, não observo, no presente recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento dos Tribunais.

Isso posto, o meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo incólume a decisão terminativa ora hostilizada.

Recife, 26/9/13. 

Tenório dos Santos

Des. Relator